

**REQUERIMENTO Nº ,DE 2024**

Requer a realização de Audiência Pública, pela Comissão de Educação, em **CARÁTER DE URGÊNCIA**, para debater **O Novo Marco Regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade EAD com o objetivo de propor caminhos para aperfeiçoar a regulação da educação à distância no país.**

**Senhor Presidente,**

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de **Audiência Pública** nesta Comissão de Educação para discutir o tema: **O Novo Marco Regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade EAD com o objetivo de propor caminhos para aperfeiçoar a educação à distância em nosso país.**

**JUSTIFICATIVA**

Nos anos de 2023 e 2024 o Ministério da Educação tomou uma série de medidas que causaram enormes prejuízos a Educação a Distância em nosso país, especialmente na educação superior, por diversos atos e, em especial, por meio da Portaria nº 528/2024, que suspendeu até março de 2025 a abertura de novos cursos superiores na modalidade EAD.

Da mesma forma, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024 propôs novas Diretrizes Curriculares Nacionais na Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da



Educação Básica (cursos de licenciatura, curso de formação pedagógica, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), que vem em desencontro com a evolução tecnológica e o acesso à educação da população nos mais longínquos contextos territoriais.

Assim temos: de um lado, a Resolução MEC 528, de 6 de junho de 2024, que “Estabelece prazo para criação de novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância e procedimentos, em caráter transitório, para processos regulatórios de instituições de ensino superior e cursos de graduação na modalidade a distância - EaD.”. De outro, a Resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Ambas tratam de um único tema: Educação.

Em suma, a audiência pública se justifica por ser uma forma de democratizar a discussão sobre um tema tão relevante e complexo como a educação à distância, assegurando que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas e consideradas na formulação das políticas regulatórias.

Portanto, conclui-se que as medidas adotadas pelo MEC e pelo CNE são incompatíveis com a legislação educacional brasileira, motivo pelo qual se requer a realização desta audiência pública, com a finalidade de ouvir:

- I. **O Ministro da Educação ou seu representante;**
- II. **O presidente da AMIES, Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior ou seu representante;**
- III. **O presidente da ABE-EAD (Associação Brasileira de Estudantes de Educação a Distância) ou seu representante.**

Diante do exposto, solicito os préstimos de Vossas Senhorias, em caráter de urgência, para a designação de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** nesta comissão, para tratar dos assuntos acima abordados, convidando para tanto, as entidades aqui mencionadas, dentre outras.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 2024.



Deputado Átila Lira  
PP/PI

Apresentação: 29/10/2024 17:58:32.553 - CE

REQ n.222/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248567827200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira

